

priedade. Justamente por ventilar detalhadamente também os aspectos “não-teológicos” destas perguntas, o livro de Schweitzer talvez possa parecer bastante estranho ao leitor brasileiro. Várias perguntas se lhe apresentam de maneira bem diferente, outras nem lhe constituem problema, e ainda outras que lhe são importantes nem encontrará abordadas no presente livro.

Tal efeito de alienação, todavia, pode evidenciar que este livro não fornece à ética teológica no Brasil respostas pré-fabricadas. Já por este motivo exige leitores atentos e alertas. Certamente poderão eles, após um exame crítico, tornar suas muitas afirmações de Schweitzer. Em todo o caso, o valor deste livro, também para a situação tão diversa em nosso país reside no seu método: Mostra um caminho, como se chega, de uma simples confrontação da problemática ética do presente com o testemunho bíblico, a um enunciado no qual a responsabilidade da missão cristã e do engajamento por uma sociedade mais humana formam somente dois lados da mesma moeda.

Estas duas perspectivas de ética cristã lograram unir-se sempre de novo no conceito da liberdade. Não por acaso tornou-se hoje “libertação” um termo chave de uma teologia especificamente latino-americana. Tão pouco foi mera casualidade que o apóstolo Paulo resumiu o Evangelho nas palavras “para a liberdade foi que Cristo nos libertou” e que Lutero, na sua obra “Liberdade do cristão”, fundiu estas duas perspectivas, inseparavelmente, uma com a outra.

Ao ser publicada agora no Brasil a *Ética* de Wolfgang Schweitzer, com o título tirado da *Dogmática* de Karl Barth, esta tradução tenciona sublinhar a tarefa dos cristãos deste país, de encontrarem uma resposta própria, concreta e relacionada com a situação, para a pergunta: Que significa “Liberdade para viver”?

HERMANN BRANDT

LOHSE, Bernhard — **A fé cristã através dos tempos.**
Editora Sinodal, 1972, São Leopoldo.

O título original desta obra (*Epochen der Dogmengeschichte* — Períodos da História dos Dogmas) talvez sugira como conteúdo uma rígida e sistematizada história dos dogmas, que diante da pluralidade de igrejas existentes no Brasil pretenda fundamentar e justificar a eterna verdade da confissão luterana. Tal preconceito, porém, seria fatal e não faria justiça a este livro. É sabido que a maioria das pessoas na atualidade nada mais quer saber de dogmas. A opinião pública exige um cristianismo destituído de dogmas, um cristianismo da ação, como, por exemplo, no-lo demonstrou através de sua vida o grande Albert Schweitzer.

Se, no entanto, ainda se insiste em falar de dogmas, isso deve-se tão somente ao fato de estes proporcionarem a continuidade da verdade contida no Evangelho, confiada à Igreja, o corpo de Cristo, cujo único Cabeça é o próprio Cristo, e não um príncipe terreno.

De acordo com a concepção tradicional da Igreja Católica Romana, dogma cristão é a expressão da irracional verdade divina, revelada à igreja como instituição. Por essa razão a nova geração de pesquisadores católicos encontra enormes dificuldades em superar o abismo existente entre uma compreensão absolutista de dogma e uma concepção necessariamente relativa de história. Polemizando contra tal conceito de dogma, Adolf von Harnack afirmou, no início do presente século, que não existem mais dogmas, razão pela qual não se pode mais falar em História dos Dogmas, porém em Crítica dos Dogmas.

Na ocasião em que os padres conciliares se reuniram em Nicéia, em 325, e designaram pela vez primeira uma decisão de fé com o termo DOGMA, jamais pensaram em que sua decisão fosse considerada infalível ou verdade eterna. Afirmaram tão somente que em sua situação histórica haviam expressado autenticamente sua fé, conteúdo da doutrina cristã. Também posteriormente a Igreja Antiga não entendera os dogmas como definições filosóficas, e sim como confissões doutrinárias, que apesar de estarem relacionadas a um passado, certamente poderiam ser reinterpretadas e eventualmente criticadas.

Se assim compreendermos os dogmas, isto é, como confissões doutrinárias, torna-se-nos claro que a expressão do reconhecimento da verdade confiado à Igreja como corpo de Cristo passa a ser uma tarefa em cada nova situação histórica. Uma vez que uma confissão doutrinária é algo muito pessoal, sempre depende da terminologia, experiência, concepção de mundo e contexto ético-social do confessante. Se, portanto, o autor deste livro entende serem os dogmas confissões doutrinárias e neles enquadra a Declaração Teológica de Barmen, de 1934, contra a reivindicação totalitária do Estado Nacional-Socialista Alemão, e igualmente inclui na História dos Dogmas todo o Movimento Ecumênico, então poderá despertar no leitor latino-americano a seguinte pergunta:

Que confissão é hoje exigida de nós, cristãos que vivemos num continente onde, em grande escala, as estruturas sociais e políticas se encontram em profunda transformação ou revolução e onde, ante o clamor dos desprivilegiados, imperioso se torna orientar prudentemente o processo de rápidas transformações?

A presente obra faz parte do programa de traduções de literatura teológica para o vernáculo, promovido pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Seu autor, B. Lohse, é professor de História Eclesiástica e dos Dogmas, na Faculdade de Teologia da Universidade de Hamburgo (RF Alemanha).

H.-J. PRIEN

METZGER, Martin — **História de Israel**, Editora Sínodal, 1972.

A tradução de "Grundriss der Geschichte Israels", de Martin Metzger, veio preencher pelo menos uma pequena fração do enor-